

Inflação, indexação e “feijão com arroz”

Toda vez que ouço que a inflação é causada pela indexação eu sinto um frio na barriga. Sobretudo quando há um desastre fiscal em andamento, as autoridades não acham grave e muita gente pensa em elevar o gasto público.

Mas foi isso o que disse o ex-ministro Bresser Pereira, outro dia, no Roda Viva, diante do semblante cordato, e invariavelmente debochado, do professor Belluzzo.

Bresser dizia também que vinha conversando com um parlamentar que tencionava propor uma lei vedando a indexação em relações econômicas onde o Poder Público fosse parte. Pelo que entendi, isto seria uma nova e poderosa ideia para prevenir ou combater a inflação.

Lembrei que os dois professores tinham sido figuras proeminentes em dois congelamentos de preços fracassados no Brasil, em 1986 e 1987, trinta anos passados. Nada a estranhar.

A ideia que a indexação causa a inflação é um exemplo admirável de uma frase célebre do jornalista americano Henry Mencken, uma das favoritas do ex-ministro Pedro Malan, segunda a qual “para cada problema complexo, há sempre uma solução que é simples, elegante e errada”.

Afinal se a ideia fizesse algum sentido esses dois congelamentos teriam funcionado, assim como os outros três, em 1988, 1990 e 1991.

Na mente desse povo alternativo há algo que Mario Henrique Simonsen definiu certa vez como “um princípio de contra-indução”, pelo qual uma experiência que dá errado, em vez de atestar a morte de uma hipótese, resulta em nova tentativa, até que a coisa funcione.

Pois bem, é importante ter claras as razões pelas quais é um erro dizer que a indexação causa a inflação, pois esta é uma crença e muito perigosa nesse momento em particular.

Primeiro, vamos a uma definição mais precisa de indexação: trata-se de comportamento pelo qual uma pessoa, física ou jurídica, fixa seus preços e salários desejados, ou simplesmente manuseia grandezas monetárias, tendo em mente o poder de compra da moeda. Não há muito mistério aqui. As pessoas, como regra, não confundem valores nominais com valores reais, ou seja, não

estão sujeitas a uma doença que os economistas designam como “ilusão monetária”.

Nos cursos de introdução a economia, quando os professores explicam este conceito, os alunos sempre reagem como se já soubessem disso desde sempre. Podem mesmo ter aprendido antes do ensino médio, quando ganharam a primeira mesada. É este o momento onde terão de descobrir por conta própria quantos picolés se compra com aquele dinheirinho. Ninguém esquece desta descoberta, sobretudo se, no segundo mês, o mesmo dinheiro não for suficiente para o picolé.

Portanto, a indexação é o comportamento pelo qual as pessoas demonstram que não possuem “ilusão monetária”, e pelo qual elas sempre relacionarão as grandezas nominais a algum índice que tenha a ver com o custo de vida, picolés ou dólares, pois o dinheiro é apenas um pedaço de papel, seu valor é sempre *relativo* a alguma coisa.

Como imaginar que um comportamento tão inocente e natural possa ser a causa da inflação? Não seria um despautério uma lei que *nos obrigasse* à ilusão monetária?

É claro que a indexação *não causa* a perda do poder de compra da moeda, esteja a indexação escrita num contrato ou apenas intuitivamente na mente das pessoas.

Proibir a indexação é como congelar preços, é como proibir o cálculo da inflação ou tentar impedir qualquer efeito que o conhecimento do índice de inflação possa ter nas ações das pessoas. Desindexação, por sua vez, é quando ninguém quer praticá-la, é o que se passa nos EUA, onde as pessoas acham mais simples não pensar em cláusulas de correção monetária, ou em contas de poder compra.

Desindexação é ausência de restrições à indexação, coisa que ocorre em países onde as pessoas confiam que o governo não vai lhes enganar.

A ideia de criar embaraços à indexação é, na verdade, uma forma insidiosa de fazer um congelamento pela metade, ou de forma seletiva. Mas, a despeito da nossa longa experiência com esse tipo de expediente, Dilma Rousseff foi capaz de nos impor um choque heterodoxo em câmara lenta ao fazer um semi-congelamento (ou “desindexação parcial”) dos preços públicos a partir de 2010 e com mais vigor em 2012.

Com este truque velho, amansou artificialmente a inflação e obteve a sua reeleição, após a qual soltou os preços. É impressionante que a velha fórmula

populista, de que se valeu o governo em 1986, trinta anos atrás, ainda pudesse funcionar.

Talvez tenha sido a passagem do tempo, que fez as pessoas esquecerem como é ser enganado pelo governo dessa forma tosca e primária. No escurinho de seu gabinete a presidente deve rir um bocado, juntamente com seus conselheiros econômicos, daqueles que diziam que as pessoas logo perceberiam a existência de “inconsistência temporal” em suas políticas.

Mas o erro está em pensar que a malandragem, esta e todas as outras, vão ficar impunes. O preço de iludir as pessoas é um dano irreparável na credibilidade, o que parece uma descrição bem amena para o fato de que nenhuma autoridade de primeiro escalão, em nossos dias, tem coragem para sair para jantar fora num restaurante comum.

Mas o fato é que a inflação está descontrolada.

A marca de 10% é muito perigosa, pois leva naturalmente a um encolhimento da “periodicidade” com que se reconstrói preços, aumenta desproporcionalmente a variância das expectativas e torna as coisas muito mais instáveis. Mesmo diante da maior recessão da história do Brasil, a inflação não cede como deveria.

Fora do mundo da fantasia dos heterodoxos e alternativos, os economistas sabem que a inflação tem a ver com expectativas. As pessoas possuem uma compreensão muito sofisticada das coisas da economia, sabem fazer conta e não confiam em Dilma Rousseff.

Ao estabelecer quantias em dinheiro, para seus preços, salários, planos e desejos, as pessoas olham para trás e para os lados, mas principalmente para o futuro. E está me parecendo que o futuro voltou para o mesmo lugar em que estava no final de 1987, depois do colapso do Plano Bresser e a ascensão da política econômica que passou a ser conhecida como o “feijão com arroz”. O novo ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega definiu três prioridades, duas das quais eram “controlar a inflação em níveis razoáveis para a situação, de 15% ao mês (sic), e convencer a sociedade de que não haveria congelamento”.

Está me parecendo que voltamos exatamente a esse ponto, porém com um novo feijão com arroz, onde os 15% podem valer para a inflação anual e para o desemprego, a depender dos acontecimentos. Na essência, é como se a presidente tivesse outras preocupações, e não quisesse se aborrecer mais com os temas da economia. Ou como se tivesse desistido da economia.

De fato, se a presidente tem 10 chamadas telefônicas para devolver, 9 das quais associadas aos eventos de Curitiba e uma do ministro da Fazenda, quais ela vai atender primeiro?